

RESOLUÇÃO Nº 023/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação técnica das prestações de contas da Assistência Social ao Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Patrocínio – MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal 2.856/1995, alterada pela Lei Municipal nº 5.778/2025;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização de Assistência Social e dá outras providências com as devidas alterações feitas pela Lei 12.435/11;

CONSIDERANDO Resolução CNAS nº 33/2012 – NOB/SUAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS.

CONSIDERANDO que a LOAS estabelece a gestão descentralizada e participativa, cabendo aos Conselhos de Assistência Social acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre a política pública de assistência social;

CONSIDERANDO que a adequada análise das prestações de contas requer apresentação técnica que possibilite pleno entendimento da execução orçamentária e financeira, garantindo a transparência e a efetividade do controle social; e

CONSIDERANDO as decisões tomadas em reunião ordinária, datada em 04 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido que a apresentação das prestações de contas relativas à execução orçamentária e financeira da Política Municipal de Assistência Social deverá ser realizada por um técnico da área de gestão, contabilidade ou responsável técnico designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º A apresentação das contas a este Conselho deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação ao prazo final previsto nos sistemas oficiais de prestação de contas, devendo referir-se ao exercício anterior e ser realizada de forma clara, detalhada e acessível aos conselheiros.

Art. 3º A apresentação poderá ser realizada em reunião ordinária, extraordinária, presencial ou on-line, conforme deliberação do CMAS, devendo ser garantido o envio prévio dos documentos necessários à análise.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá assegurar que o técnico responsável esteja apto a:

LEI MUNICIPAL 2.856/95 Alterada pela Lei nº 5.778/2025

- I – expor a execução orçamentária e financeira;
- II – apresentar dados comparativos e demonstrativos;
- III – esclarecer dúvidas dos conselheiros;
- IV – facilitar a tomada de decisão para emissão do parecer do CMAS.

Art. 5º Sem a apresentação técnica adequada, o CMAS poderá suspender a apreciação e deliberação da prestação de contas, resguardando o princípio da transparência e a responsabilidade na fiscalização dos recursos públicos.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Patrocínio/MG, 05 de dezembro de 2025

Auristela Alves do Nascimento
Presidente do CMAS
Gestão 2025/2027